

COMDEMA - CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
GESTÃO 2015/2017
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Anfiteatro da UNIDAM - Unidade de Desenvolvimento Ambiental.

Rua Ernesto Gonçalves Rosa Jr., nº 150 - Jardim Florestal - DATA:
09/12/2015

PREVISÃO PARA O INÍCIO: 15h00 - TÉRMINO: 18h00

QUÓRUM MÍNIMO: 11 Membros (25% + 1) dos 40 Membros Titulares

Ata da 4ª Reunião Ordinária do COMDEMA - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - biênio 2015/2017, realizada no dia 9 de dezembro de 2015, às 15h00, no anfiteatro da UNIDAM - Unidade de Desenvolvimento Ambiental. O Vice-Presidente Sílvio Drezza iniciou a reunião dando as boas vindas a todos. Na sequência, ressalta a presença do Pelotão de Jundiaí da Polícia Militar Ambiental, em especial a presença do Tenente Maurício Kiyoshi Hirano, que está sendo promovido e destacado para a 4ª CIA de Campinas, portanto deixando a composição do COMDEMA. Este agradece então as palavras do Presidente, salientando que a Polícia Militar nem sempre pôde estar presente nas reuniões devido às ocorrências diárias que enfrentam, e destaca que estão sempre atuantes em defesa do meio ambiente. O Conselheiro Carlos Alberto Moraes, pergunta se em Jundiaí temos uma Companhia ou Batalhão. O Tenente Hirano explica que temos em Jundiaí um Pelotão vinculado à 4ª Cia de Campinas, e que o Pelotão de Jundiaí atende os seguintes Municípios: Campo Limpo Paulista, Várzea Paulista, Jarínú, Itatiba, Vinhedo, Itupeva, Cabreúva e Louveira. O Conselheiro Márcio Galafassi pede que a Polícia Militar formalize a substituição do conselheiro, indicando o seu substituto. Essa formalização pode ser enviada por e-mail. Prosseguindo com a reunião o Vice-Presidente Sílvio questiona todos os conselheiros se receberam as atas das reuniões anteriores e se existe alguma dúvida sobre estas atas. O Conselheiro Pedro Pontes fez várias indicações de alterações nas atas da 1ª Reunião Extraordinária e na ata da 3ª Reunião Ordinária, que submetidas à apreciação da plenária foram aprovadas. São apresentadas em seguida alterações propostas pela Presidente Sílvia Merlo, que não pode estar presente na reunião, e estas também são aprovadas. Na sequência o Conselheiro Carlos Alberto Moraes questiona que na reunião anterior houve a manifestação solicitando Audiência Pública sobre a implantação do Loteamento Campo Verde em Jundiaí, e que até hoje não havia resposta. O Sr. Márcio Galafassi acrescentou que vários ofícios, e, até mesmo as moções de repúdio que foram enviadas não tiveram resposta, nem por parte da Prefeitura e nem por parte da Câmara Municipal. Dando continuidade aos assuntos previstos em pauta passou-se a discussão da posição da Câmara Técnica de Fiscalização sobre o Projeto de Lei da Guarda Municipal. O Sr. Drezza explica que um Decreto não é suficiente para efetivar as atribuições da Guarda Municipal. Existe um Projeto de Lei, que se encontra no Jurídico do Município para que o texto se transforme em Lei Complementar. Falou, também, sobre o projeto de lei da GM e explicando o teor da reunião da Câmara Técnica, tendo sido levantado vários itens de redação deste projeto. A conclusão é de que haverá a necessidade de uma análise jurídica sobre o texto. (A Câmara Técnica) O COMDEMA irá oficializar ao comando da

GM, elogiando a iniciativa, ressaltando que o projeto de lei é de suma importância para a defesa do meio ambiente, e que após parecer do Jurídico, deverá retornar para análise conclusiva do COMDEMA. A Conselheira Yone Guatta Candioto declarou que recebeu o texto do projeto de lei, dizendo que é tudo o que aguardava, dando um voto favorável ao projeto. O Conselheiro Carlos Alberto Moraes comentou o que entendeu, dizendo que o aspecto de fiscalização é muito abrangente, não tendo encontrado respostas a algumas questões do texto que ele recebeu, dizendo que faltam alguns esclarecimentos sobre aspectos de fiscalização, lembrando, por exemplo, a falta de um talão de multas para atos ilícitos, tendo assim a GM o poder de efetuar uma multa. O Sr. Márcio Galafassi, comenta que já foi oficiado à Municipalidade pedido de maior efetividade e eficiência por parte dos Agentes de Fiscalização, para que estes não ajam isoladamente dentro da Secretaria em que atuam. Como o próprio nome diz, o Agente de Fiscalização de Posturas Municipais, deve ter olhar mais amplo, de maneira que quando for autuar o faça para todas as coisas que se encontrem em desacordo. O Sr. Pedro Pontes, como integrante da Câmara Técnica acredita que a fiscalização deve ser expandida a todo o município (bacias hídricas, remanescentes florestais e áreas de interesse ambiental). O Tenente Hirano pontua a questão do auxílio recebido da GM e entende que o termo fiscalização tem sido atendido. A legislação demanda uma análise jurídica de vários órgãos, tais como CETESB e a própria legislação estadual, pensando também no agente aplicador da lei, pois poderá recair sobre este, a responsabilidade e o resultado jurídico. Sugere um amadurecimento da ideia e o grau de competência nas ações e fiscalizações. Reitera a posição da Polícia Militar e se coloca para somar esforços. O Sr. Sílvio Drezza sugere o encaminhamento ao Comandante da GM José Roberto Ferraz, ofício mostrando as alterações sugeridas pelo Conselheiro Pedro Pontes na Câmara Técnica. O próximo assunto da pauta trata do posicionamento do COMDEMA sobre os resultados obtidos no Programa Município Verde e Azul. O Vice-Presidente afirma que o COMDEMA pode dar importantes contribuições para os resultados do Programa. Cita o exemplo da falta de legislação sobre o Plano de Arborização Urbana para todo o Município. O Sr. Nivaldo Callegari sugere que seja elaborado um ofício à Secretaria de Planejamento e meio Ambiente para esta implantação. O Sr. Sílvio Drezza falou sobre o Plano Diretor, assunto do próximo item da pauta, que a partir de 26/11, os delegados foram chamados para estudos, sugerindo a participação do Comdema em sugestões para a elaboração deste Plano Diretor. Falou sobre o cronograma, se comprometendo a enviar por e-mail a todos. Conclamou ainda, os conselheiros para as contribuições à minuta até a apresentação junto a Câmara Municipal. O Sr. Nivaldo disse que entende que não haverá tempo hábil para a elaboração de sugestões objetivas. A Conselheira Carolina Dutra falou que o plano diretor é uma ferramenta de regulamentação da ocupação territorial. Sra. Rosemeire Moreira completou a fala da Carolina, provocando a questão da incorporação da capacidade hídrica do município no Plano Diretor, e um novo plano de Saneamento. A Conselheira Vânia de Fátima Plaza Nunes destaca que temos que adotar o princípio da precaução, alertando que o COMDEMA não tem que ter decisão de forma acelerada sobre qualquer assunto. O risco de nos arrependermos depois é muito grande, pois crescem as chances de errar. O conselheiro José Rodrigues pede orientação sobre a legislação que trata sobre o coração da Serra e sobre o condomínio Alphaville temendo uma possível crise de abastecimento de água para os moradores, e, temendo complicações no sistema viário, que, segundo ele já é caótico nos dias de hoje. O Vice-Presidente Sílvio responde esclarecendo que o projeto foi

aprovado através de um EIA/RIMA, cujo Estudo mostrou que àquela época o referido trevo já se mostrava comprometido. Porém, não se recorda de haver alguma proposta de melhoria para o mesmo, após a implantação desse empreendimento. O Conselheiro Nivaldo Callegari sugere que a Câmara Técnica de Fiscalização traga “à tona” a documentação sobre a aprovação do Alphaville. A Conselheira Yone lembrou a fala da Secretária Daniela da Câmara, que mencionou a não participação do COMDEMA, tendo em vista a participação de delegados que também fazem parte do Conselho na elaboração da minuta do projeto do Plano Participativo. O Conselheiro Luciano Libânio coloca que sendo o Plano Diretor participativo, houve a participação da sociedade na sua elaboração. O Conselheiro Carlos Alberto de Moraes manifesta a sua opinião de se valorizar o COMDEMA, registrando sua indignação com a fala da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente e com o estabelecimento de prazos não condizentes com a realidade. Propõe o travamento do processo. O Sr. Pedro Pontes sugere uma Moção de Repúdio contra a condução do processo. O Sr. Márcio Galafassi relembra que as Moções de Repúdio anteriormente protocoladas não tiveram retorno até hoje. O Vice-Presidente compila as sugestões e lembra que no Plano Diretor de 2.014 havia a figura do IPPUJ (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Jundiá) que foi rebatizado de CEU (Centro de Estudos Urbanísticos) no atual, cuja idéia não está contemplada na proposta ora em discussão, que preferiu transformar o atual Conselho do Plano Diretor num Super Conselho e que, de certa forma, fica a mercê de questões políticas, diferente do IPPUJ ou CEU, que se constituídos à semelhança do IPUC de Curitiba, são de caráter técnico e independem do partido que governa a cidade. Cabe ao Comdema tomar atitude clara: ou travar o avanço das sugestões ou continua o processo e os conselheiros que tenham contribuições pessoais; O Sr. Nivaldo Callegari solicita que um parecer oficial seja dado na audiência Pública na Câmara Municipal. A conselheira Vânia Plaza Nunes se posiciona de forma clara sobre a postura firme do COMDEMA pedindo inclusive, a alteração das datas para contribuições. O Sr. Silvio Drezza completa a fala da Dra. Vânia e esclarece que somos um conselho vinculado ao gabinete do Prefeito, “tendo a função de aconselhar quem nos constituiu”, A discussão é: sem sabermos o tamanho do problema “cronograma apertado X complexidade do assunto”, nos manifestar, sendo necessário primeiro o conhecimento pleno da minuta do projeto. Colocada em votação a sugestão do Vice Presidente de primeiro avaliar a complexidade da proposta que será apresentada pelo governo para tomar a decisão na próxima Reunião Ordinária, agendada para o dia 13 de Janeiro, foi aceita por unanimidade. O Sr. Marcio Galafassi falou sobre a reunião com o promotor e que a resposta dele será encaminhada à Presidente do COMDEMA. O Vice-Presidente Silvio Drezza finaliza o encontro falando sobre um manifesto contra a corrupção, pedindo a participação de todos nas assinaturas do referido documento. Assim, agradecendo a presença de todos, o Vice-Presidente encerra a reunião. Eu José Cássio Catossi, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e por todos os Conselheiros presentes: Márcio Pardo Galafassi, Maria Carolina Hertel Simões e Dutra, Rosemary Tonetti Baialuna, Rachel Antas Bugalho, Jorge Junji Yoshino, Rosemeire Aparecida Moreira, Renato Steck, Gilberto Bardi, Alessandra Maria Tegon Ferracini, Tn. Pm. Mauricio Kiyoshi Hirano, Pedro Sérgio Pontes, Carlos Alberto de Moraes, Dirceu Francisco Cardoso, Giorgio Di Rito, Luiz De Vries, José Rodrigues, Yone Guatta Candioto, Rogério da Silva Ribas, Luciano Libânio de Alcântara, Sílvio Eduardo Drezza, Jacqueline Lima, Nivaldo José Callegari, Vânia de Fátima Plaza Nunes, Ademir Lopes Gomes, e pelos convidados:

Massao Okazaki, GM. Willian Cesar de Melo, GM. Mauro R. Jr., PM. José Augusto Bravo e PM. José Edson Machado .